

Maracanaú  
Geradora de  
Energia S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2015 e 2014**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635  
Sala 501 e 502 - Aldeota  
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone 55 (85) 3307-5100, Fax 55 (85) 3307-5101  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e aos Acionistas da  
Maracanaú Geradora de Energia S.A.  
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Maracanaú Geradora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação destas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorções relevantes.



Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Maracanaú Geradora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 13 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Eliardo Araújo Lopes Vieira  
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

## Maracanaú Geradora de Energia S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.594	24.587	Fornecedores	13	69.160	86.912
Contas a receber de clientes	5	27.813	68.128	Debêntures não conversíveis	14	218.399	230.241
Estoques	6	6.901	6.014	Arrendamentos financeiros a pagar	15	567	457
Adiantamentos a fornecedores	7	7.228	5.201	Impostos a recolher	16	4.806	1.375
Impostos a recuperar	8	3.739	3.282	Encargos com P&D a pagar	10.a	9.061	6.549
Despesas antecipadas		543	588	Dividendos a pagar	20	2.896	13.457
Outros créditos	10	<u>1.182</u>	<u>1.105</u>	Outras contas a pagar		<u>1.897</u>	<u>1.461</u>
Total do ativo circulante		<u>74.000</u>	<u>108.905</u>	Total do passivo circulante		<u>306.786</u>	<u>340.452</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Depósitos judiciais	9	24.476	19.902	Arrendamentos financeiros a pagar	15	3.890	4.150
Partes relacionadas	27	26.052	-	Impostos a recolher	16	1.010	1.041
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	10.599	9.426	Penalidades do CCEAR a pagar	19	25.740	22.287
Outros créditos	10	2.365	2.365	Provisão para passivos contingentes		<u>670</u>	<u>670</u>
Imobilizado	11	333.194	351.070	Total do passivo não circulante		<u>31.310</u>	<u>28.148</u>
Diferido	12	<u>1.102</u>	<u>1.326</u>	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		<u>397.788</u>	<u>384.089</u>	Capital social	20	122.207	122.207
				Reservas de capital		467	467
				Reservas de lucro	20	<u>11.018</u>	<u>1.720</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>133.692</u>	<u>124.394</u>
Total do ativo		<u>471.788</u>	<u>492.994</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>471.788</u>	<u>492.994</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Maracanaú Geradora de Energia S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2015	2014
<b>Receita operacional líquida</b>	21	415.356	538.967
Custos da geração de energia	22	<u>(355.238)</u>	<u>(463.468)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<b><u>60.118</u></b>	<b><u>75.499</u></b>
Outras receitas	24	16.311	33
Despesas gerais e administrativas	23	(4.938)	(6.777)
Despesas tributárias	25	(1.666)	(24)
Outras despesas		<u>(30)</u>	<u>(18)</u>
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>69.795</b>	<b>68.713</b>
Receitas financeiras		5.113	448
Despesas financeiras		<u>(63.886)</u>	<u>(43.929)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	26	<b><u>(58.773)</u></b>	<b><u>(43.481)</u></b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b><u>11.022</u></b>	<b><u>25.232</u></b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	-	(256)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>1.172</u>	<u>9.426</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>12.194</u></b>	<b><u>34.402</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Maracanaú Geradora de Energia S.A.**

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	12.194	34.402
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>12.194</u>	<u>34.402</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Maracanaú Geradora de Energia S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reservas de lucro	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	<u>184.058</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(61.851)</u>	<u>122.207</u>
Redução do capital social com absorção de prejuízo	(61.851)	-	-	61.851	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	34.402	34.402
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal (nota 20)	-	-	1.720	(1.720)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal federal	-	467	-	(467)	-
Distribuição de dividendos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(32.215)</u>	<u>(32.215)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>122.207</u>	<u>467</u>	<u>1.720</u>	<u>-</u>	<u>124.394</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.194	12.194
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva legal (nota 20)	-	-	610	(610)	-
Dividendos a distribuir (nota 20)	-	-	8.688	(8.688)	-
Dividendos distribuídos (nota 20)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.896)</u>	<u>(2.896)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>122.207</u>	<u>467</u>	<u>11.018</u>	<u>-</u>	<u>133.692</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Maracanaú Geradora de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>12.194</b>	<b>34.402</b>
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação	12.336	12.081
Amortização	224	224
Despesa de provisão para passivos contingentes	-	470
Despesas financeiras líquidas	58.773	43.481
Resultado na alienação do ativo imobilizado	(1.328)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	-	256
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.172)	(9.426)
Custo de transação relacionado à emissão de debêntures	1.318	1.318
	<b>82.345</b>	<b>82.806</b>
<b>Variações em:</b>		
Estoques	(886)	3.840
Contas a receber de clientes	40.315	(21.130)
Impostos a recuperar	(457)	(1.199)
Depósitos judiciais	(4.574)	(659)
Outros créditos	(2.059)	(1.966)
Fornecedores e outras contas a pagar	(14.804)	19.465
Penalidades do CCEAR a pagar	3.453	21.094
Impostos a recolher	3.400	243
	<b>106.733</b>	<b>102.494</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>106.733</b>	<b>102.494</b>
Juros pagos	(12.630)	(2.590)
Impostos pagos sobre o lucro	-	(256)
	<b>94.103</b>	<b>99.648</b>
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>94.103</b>	<b>99.648</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Valores oriundos de partes relacionadas - valores a receber	49.169	18.759
Valores destinados a partes relacionadas - valores a receber	(75.221)	(18.759)
Indenizações de seguros recebidas	14.931	-
Aquisição de imobilizado	(7.782)	(22.877)
	<b>(18.903)</b>	<b>(22.877)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento</b>	<b>(18.903)</b>	<b>(22.877)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Valores oriundos de partes relacionadas - valores a pagar	1.943	139
Valores destinados a partes relacionadas - valores a pagar	(1.943)	(1.339)
Pagamentos de passivos de arrendamento financeiro	(384)	(376)
Debêntures pagas	(59.352)	(51.661)
Dividendos pagos	(13.457)	(18.758)
	<b>(73.193)</b>	<b>(71.995)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>	<b>(73.193)</b>	<b>(71.995)</b>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.007</b>	<b>4.776</b>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	24.587	19.811
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>26.594</b>	<b>24.587</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

A Maracanaú Geradora de Energia S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em agosto de 2007, por prazo determinado, com sede na Via de Ligação 3, s/n, Distrito Industrial III - DIF III, CEP 61.900-000, na cidade de Maracanaú/CE. Ela foi constituída com o objetivo construir e operar a UTE Maracanaú I, com 165 MW de potência instalada, de acordo com o resultado do 4º Leilão de Energia Nova do Ministério das Minas e Energia (MME), realizado em julho de 2007.

A Companhia entrou em operação comercial em 30 de dezembro de 2010, conforme Despacho da Agência Nacional de Neergia Elétrica - ANEEL nº 4091, de 29 de dezembro desse mesmo ano, passando, a partir daí, a receber as receitas fixas conforme estabelecido nos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR’s), bem como receitas variáveis, quando demandada para a efetiva geração de energia.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 13 de maio de 2016.

#### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

#### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, estabelecimento da vida útil dos bens do imobilizado, determinação do prazo de amortização do ativo diferido, mensuração de provisões e contingências e mensuração de instrumentos financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Revisões com relação a

estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Não há julgamentos críticos identificados nos exercícios de 2015 e 2014.

**e. Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

**3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os

empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamentos e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expirados.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, debêntures não conversíveis, passivo fiscal corrente, dividendos a pagar, encargos com P&D a pagar, penalidades do CCEAR a pagar e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iii) Capital social**

*Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

**(iv) Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

**c. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui os gastos incorridos em transporte, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	30 anos
Edificações	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Ferramentas	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos

**e. Diferido**

O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais. Esses ativos estão sendo amortizados linearmente pelo período de 10 anos após o início de operação da Companhia.

A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização, provisão para redução ao valor recuperável, ou baixa contra o resultado, conforme previsto na Orientação OCPC 02.

**f. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, representados substancialmente pelo imobilizado, diferido e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflitam as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas por redução de valor recuperável são reconhecidas no resultado.

**g. Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

**h. Benefício de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

**i. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

**j. Receita operacional**

As receitas de vendas estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas.

A receita de fornecimento de energia é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**k. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações cambiais passivas e despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**l. Imposto de renda e contribuição social**

**(i) Impostos correntes**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**(ii) Impostos diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O total do imposto de renda e da contribuição social está constituído por impostos correntes e diferidos. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se impostos e juros adicionais podem ser devidos.

**m. Subvenções governamentais**

A Sociedade é beneficiária, até o exercício de 2022, de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração sobre suas atividades operacionais (geração de energia elétrica na modalidade de potência contratada e energia fornecida).

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Quando se referir a um item de despesa, o benefício é reconhecido como receita ao longo do período de fruição, de forma sistemática, em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

**n. Normas e interpretações ainda não adotadas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

***IFRS 16 Leases (Operações de arrendamento mercantil)***

Os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Companhia está avaliando os impactos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.



Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Caixa	1	1
Depósitos bancários à vista	22.276	2.519
Aplicações financeiras	4.317	22.067
Total	26.594	24.587

Os valores apresentados na conta de depósitos bancários à vista em 31 de dezembro de 2015, referem-se, principalmente, à conta mantida junto ao Banco BTG, detentor da debênture emitida pela Companhia e estão sendo utilizados, no exercício atual, para quitação das obrigações correntes.

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentuais em torno de 102,5% e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 3 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

#### 5 Contas a receber de clientes

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Faturas a receber	7.987	261
Suprimento de energia a faturar	19.826	67.867
Total	27.813	68.128

A rubrica “Suprimento de energia a faturar” refere-se ao suprimento de energia realizado e ainda não faturado, enquanto que a rubrica de “Faturas a receber” refere-se ao suprimento de energia com as respectivas faturas emitidas, porém, pendentes de recebimento.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2015. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia ou perspectiva futura de não recebimento, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### **Ajuste a valor presente**

Em virtude do prazo médio de recebimento ser curto, a Administração da Companhia entende que o efeito de ajuste a valor presente nas demonstrações da Companhia é imaterial e, por isso, não foi registrado.

## **6 Estoques**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Matérias-primas	<u>6.901</u>	<u>6.014</u>
Total	<u>6.901</u>	<u>6.014</u>

O valor das matérias-primas referem-se, majoritariamente, ao óleo combustível a ser utilizado na geração de energia.

## **7 Adiantamentos a fornecedores**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Petrobras Distribuidora S.A.	2.590	-
Alstom Grid Energia S.A.	2.123	2.123
Wartsila	1.235	1.300
PCR Consultoria	286	-
ABB Ltda.	263	263
Loprese	167	167
Tecman Serviços	120	120
Outros	<u>444</u>	<u>1.228</u>
Total	<u>7.228</u>	<u>5.201</u>

## **8 Impostos a recuperar**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Imposto de renda	645	539
Contribuição social	2.940	2.593
PIS	15	14
COFINS	127	124
Outros	<u>12</u>	<u>12</u>
Total	<u>3.739</u>	<u>3.282</u>

### **IRPJ/CSLL**

Os créditos do IRPJ e da CSLL referem-se a pagamento de estimativa mensal a maior do que os valores dos impostos apurados nos anos de 2014 e 2015, referidos créditos serão compensados com os tributos federais correntes de 2016.

### **PIS/COFINS**

Os créditos do PIS e da COFINS referem-se a recolhimento dessas contribuições a maior em 2014 e 2015, referidos créditos serão compensados com os tributos federais correntes de 2016.

## **9 Depósitos judiciais**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Outros	1.370	1.370
Câmara de Compensação de Energia Elétrica - CCEE (a)	23.106	18.532
<b>Total</b>	<b>24.476</b>	<b>19.902</b>

### **CCEE**

- (a) Os depósitos judiciais referem-se a contestações de penalidades aplicadas à Companhia pela CCEE, pelo não atendimento em sua totalidade da geração de energia de acordo com ordens de despachos do ONS. A Administração da Companhia, embora tenha essa ação em andamento decidiu por reconhecer as despesas das penalidades aplicadas, conforme registrado na nota explicativa nº 19, se a Companhia obtiver algum êxito na demanda judicial com a CCEE, o valor da penalidade anulada será registrado como receita de recuperação de despesa.

## **10 Outros créditos**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Projetos P&D (a)	1.168	1.043
UTE Camaçari S.A. (b)	2.365	2.365
Outros	14	62
<b>Total</b>	<b>3.547</b>	<b>3.470</b>
Circulante	1.182	1.105
Não circulante	2.365	2.365

### **(a) Projetos P&D**

A Lei 9.991/2000 instituiu a obrigatoriedade, para empresas concessionárias de serviços públicos do setor de energia, dentre elas as geradoras de energia, de investimento do valor correspondente a 1% de sua ROL (Receita Operacional Líquida) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, de acordo com regulamentos da ANEEL, para os quais os montantes a serem empregados estão registrados na rubrica Encargos com P&D a pagar, no passivo circulante. Desde meados do primeiro semestre de 2011, a Companhia vem cumprindo essa obrigação, desenvolvendo, em conjunto com a Borborema Energética S.A., por meio de compartilhamento dos projetos de P&D, contratos com o Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Campina Grande. Dois projetos foram iniciados, tendo um sido concluído e o outro em vias de conclusão (previsão de conclusão no segundo semestre de 2016). Em função do longo período de cumprimento das ordens de despacho de energia a que vem sendo solicitada a atender nos últimos dois anos, o valor da receita da Companhia tem sido incrementado de forma considerável, resultando, consequentemente, em valores igualmente altos para destinação ao investimento em P&D. O valor apresentado na rubrica Encargos com P&D a pagar, no passivo circulante, decorre exatamente dessa condição, que fez com que as contratações para desenvolvimentos de novos projetos de P&D, por parte da Companhia, não acompanhasse o mesmo ritmo da geração de receita, resultando no acúmulo de valores altos

na conta contábil dessa rubrica, o que deverá ser resolvido no decorrer do ano de 2016, com a contratação de outros projetos.

**(b) UTE Camaçari S.A.**

Valor refere-se à venda de imobilizado à UTE Camaçari S/A.

## 11 Imobilizado

Custo histórico	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Ferramentas e outros	Imobilização em curso	Total
<b>Saldos em 1º de dezembro de 2014</b>	4.925	1.497	358.635	395	284	180	9.880	375.796
Adições	-	-	19.539	137	25	74	3.102	22.877
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	4.925	1.497	378.174	532	309	254	12.982	398.673
Adições	-	-	7.689	5	83	5	-	7.782
( - ) Baixas (a)	-	-	(15.816)	-	-	-	(18)	(15.834)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	4.925	1.497	370.047	537	392	259	12.964	390.621
<b>Depreciação acumulada</b>								
<b>Saldos em 1º de dezembro de 2014</b>	-	-	(35.146)	(205)	(162)	(9)	-	(35.522)
Adições	-	(60)	(11.882)	(53)	(44)	(42)	-	(12.081)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	-	(60)	(47.028)	(258)	(206)	(51)	-	(47.603)
Adições	-	(60)	(12.120)	(54)	(52)	(50)	-	(12.336)
( - ) Baixas	-	-	2.512	-	-	-	-	2.512
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	-	(120)	(56.636)	(312)	(258)	(101)	-	(57.427)
<b>Saldos líquidos</b>								
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.925	1.437	331.146	274	103	203	12.982	351.070
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.925	1.377	313.411	225	134	158	12.964	333.194

- (a) A baixa na conta “máquinas e equipamentos”, no valor de R\$15.816, refere-se à avaria de um motor e de suas oito bases sinistrados em novembro de 2013. Os bens baixados foram objeto de indenização por cobertura de quebra de máquina, no valor de R\$14.931 pago pela seguradora, Zurich Minas Brasil Seguros S.A.

Ver taxas de depreciação na nota explicativa nº 3. d (iii).

### Redução ao valor recuperável

O ativo imobilizado da Companhia, após análise de fontes internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda e desvalorização. Dessa forma, não há necessidade de provisão para perda do seu valor recuperável.

## 12 Diferido

A Companhia, usando a faculdade dada pela MP 449/08, que alterou as Leis nº 11.638/07 e nº 6.404/76, manteve os saldos existentes no Diferido em 31 de dezembro de 2008, até sua completa amortização, a qual será efetivada no prazo 10 (dez) anos após o início de suas operações. Estes gastos estão compostos da seguinte forma:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Despesas de organização e administração	1.686	1.686
Despesas financeiras, líquidas	554	554
Amortização acumulada	<u>(1.138)</u>	<u>(914)</u>
<b>Total</b>	<u><u>1.102</u></u>	<u><u>1.326</u></u>

### 13 Fornecedores

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Petrobras Distribuidora S.A.	50.788	66.182
Wartsila Brasil Ltda.	13.616	16.544
Alstom Grid Energia S.A.	2.991	2.991
Transporte Rodoviário Nordeste Ltda.	398	331
Bradesco seguros	197	4
Só Vedações Ltda.	173	-
Outros	<u>997</u>	<u>860</u>
<b>Total</b>	<u><u>69.160</u></u>	<u><u>86.912</u></u>

### 14 Debêntures não conversíveis

	<b>Encargos financeiros</b>	<b>Vencimento original</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Principal e encargos	10,36 % a.a. + IPCA	jan/2020	<u><u>218.399</u></u>	<u><u>230.241</u></u>

#### **Primeira emissão de debêntures simples da Maracaná Geradora de Energia S.A.**

Em 22 de dezembro de 2011 foi assinado pela Companhia o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples não Conversíveis em Ações, tendo como Agente Fiduciário a BRL TRUST Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com as seguintes características:

- **Montante de emissão:** R\$ 244.400
- **Quantidade de debêntures emitidas:** 2.444
- **Banco Mandatário e Escriturador:** Banco Bradesco S.A.
- **Destinação dos recursos:** aproximadamente: R\$ 150.000 para pagamento de dívidas bancárias; R\$ 65.000 para pagamento de saldos com partes relacionadas; e, R\$ 29.400 para pagamentos de despesas relacionadas às atividades corporativas da Companhia
- **Prazo de vencimento:** 8 anos
- **Amortização de principal:** 1º ano: 4% do volume; 2º ano: 6% do volume; 3º ano: 10% do volume; 4º ano: 12% do volume; 5º ano: 16% do volume; 6º ano: 16% do volume; 7º ano: 18% do volume; e, 8º ano: 18% do volume

- **Taxa da Transação:** IPCA + 10,36% ao ano
- **Pagamento de juros:** Mensal sem carência
- **Garantias:** Cumulativamente: (i) Cessão fiduciária dos Recebíveis; (ii) Alienação fiduciária das ações da Companhia; e, (iii) Alienação fiduciárias dos ativos operacionais da Companhia.

Os recursos foram liberados em 10 de janeiro de 2012, efetuando-se, imediatamente, os pagamentos conforme compromisso assumido com o Agente Fiduciário, a saber: pagamento dos empréstimos e financiamentos bancários, pagamento de saldos com partes relacionadas e pagamento das despesas decorrentes da emissão das debêntures.

O vencimento das parcelas de juros e de amortização iniciaram-se em 15 de fevereiro de 2012 e encerram-se em 15 de janeiro de 2020.

### **Covenants**

A Companhia realizou, durante o exercício de 2015, transações de conta corrente com sua controladora Brasilterm Participações S.A. sem a prévia anuência dos debenturistas, conforme exigido pela escritura da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, o que caracterizaria o vencimento antecipado da dívida. Não obstante, em 11 de fevereiro de 2016, em Assembleia Geral de Debenturistas, foi deliberado e aprovado a não declaração do vencimento antecipado da dívida por parte dos debenturistas, de modo que foram mantidos os prazos atualmente existentes da escritura de emissão das debêntures. Pelo fato da declaração de não vencimento antecipado da dívida ter sido concedida somente no exercício de 2016, a totalidade da dívida foi considerada no passivo circulante, conforme requerido pelas normas contábeis adotadas no Brasil.

## **15 Arrendamentos financeiros a pagar**

		<b>2015</b>	<b>2014</b>	
	<b>Encargos financeiros</b>	<b>Vencimento</b>		
Breitener Energética S.A.	6 % a.a. + IPCA	31/12/2024	4.457	4.607
Circulante			567	457
Não circulante			3.890	4.150

Refere-se ao arrendamento financeiro do terreno onde está instalada a Usina UTE Maracanaú I de propriedade da Companhia, conforme contrato firmado em 8 de outubro de 2007, entre a arrendadora Breitner Energética S.A. e a arrendatária Thermes Participações S.A., este cedido à Companhia em 1º de novembro de 2007. O valor do arrendamento é de R\$ 250 ao ano, atualizado pelo IPCA + 6% a.a., com um prazo de 206 meses, tendo início em 1º de novembro de 2007 e término em 31 de dezembro de 2024, tendo a Companhia opção de compra no final do contrato.

### **Cronograma de desembolso do passivo não circulante**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
2016	-	457
2017	486	457
2018	486	457
2019	486	457
Após o ano de 2019	2.432	2.322
	3.890	4.150

## **16 Impostos a recolher**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
PIS	647	107
COFINS	2.991	492
CSLL	91	128
Impostos retidos a recolher	440	139
INSS	243	124
ICMS	266	187
Parcelamento de tributos federais	1.138	1.239
	5.816	2.416
Circulante	4.806	1.375
Não circulante	1.010	1.041

### ***Parcelamento de tributos federais***

Em novembro de 2009, a Companhia optou pela inclusão dos débitos dos tributos federais no parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09, a qual estabelece condições de redução de multas e encargos moratórios, em julho de 2012 referidos débitos foram homologados e consolidados para pagamento em 160 meses.

### **Cronograma de desembolso do passivo não circulante**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
2016	-	118
2017	128	118
2018	128	118
2019	128	118
Após o ano de 2019	626	569
	1.010	1.041

## 17 Imposto de renda e contribuição social correntes

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 encontra-se resumida a seguir:

	2015	2014
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>11.022</b>	<b>25.232</b>
(+) Custo de transação de operações financeiras (RDT)	1.318	1.318
(+) Diferença depreciação contábil x fiscal - bens baixados (RDT)	1.968	-
(+) Diferença depreciação contábil x fiscal	808	-
(+) Juros sobre arrendamentos financeiros	234	268
(+) Provisões indedutíveis	-	470
(+) Despesas indedutíveis	588	2.826
(-) Amortização do diferido (RDT)	(79)	(79)
(-) Diferença depreciação contábil x fiscal	(24.241)	(23.764)
(-) Pagamentos de parcelas de arrendamentos financeiros	(384)	(376)
(-) Reversão de provisões indedutíveis	-	(2.747)
(-) Receita de indenização de seguros	(14.932)	-
(-) Compensação prejuízo fiscal	-	(945)
	<hr/>	<hr/>
<b>(Prejuízo) lucro fiscal do exercício</b>	<b>(23.698)</b>	<b>2.203</b>
Imposto de renda	-	527
Contribuição social	-	198
	<hr/>	<hr/>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	725
(-) Lucro da exploração	-	(469)
	<hr/>	<hr/>
<b>Imposto de renda e contribuição social correntes, líquidos</b>	<b>-</b>	<b>256</b>

## 18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2015	2014
Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal	27.635	19.585
Impostos diferidos sobre ativo diferido	134	161
	<hr/>	<hr/>
<b>Total do ativo fiscal diferido</b>	<b>27.769</b>	<b>19.746</b>
Impostos diferidos sobre diferença depreciação contábil x fiscal	(15.377)	(8.080)
Impostos diferidos sobre custo de transação de financiamentos	(1.793)	(2.240)
	<hr/>	<hr/>
<b>Total do passivo fiscal diferido</b>	<b>(17.170)</b>	<b>(10.320)</b>
	<hr/>	<hr/>
<b>Total do ativo fiscal diferido, líquido</b>	<b>10.599</b>	<b>9.426</b>

### Impostos diferidos sobre prejuízo fiscal - Ativo

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, no montante de R\$ 27.635 (R\$ 19.585 em 31 de dezembro de 2014), são decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e sua recuperação está baseada nas perspectivas e projeções de geração de lucros tributáveis futuros, conforme segue:



### **Recuperabilidade**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
2015	-	8.362
2016	1.884	8.407
2017	1.614	2.816
2018	2.115	-
2019	2.126	-
2020	5.368	-
2021	6.156	-
2022	6.546	-
2023	1.827	-
	<b>27.635</b>	<b>19.585</b>

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

## **19 Penalidades do CCEAR a pagar**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
CCEE (a)	23.107	18.532
ANEEL	2.633	3.755
Total	25.740	22.287
<b>CCEE</b>		

- (a) A Companhia foi informada por meio de sítio eletrônico da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, que descumpriu, devido à falta de combustível, a geração mínima de energia acordada no Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Para estas notificações foram realizados depósitos judiciais, conforme nota explicativa nº 9.

## **20 Patrimônio líquido**

### **a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 103.265.200 ações ordinárias escriturais sem valor nominal, perfazendo um montante total de R\$ 122.207 (R\$122.207 em 2014) todas de propriedade da empresa Brasilterm Participações S.A., estas adquiridas em maio de 2014.

### **b. Reserva de capital**

#### ***Reserva de incentivo fiscal federal***

A Companhia é beneficiária do incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, concedido por 10 (dez) anos, durante o período de 1º de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2022, conforme Laudo Constitutivo da SUDENE nº 0037/2013, expedido em 31 de maio de 2013. O valor desse benefício fiscal, por determinação legal é destinado à reserva de capital (reserva de incentivo fiscal federal), sendo que no exercício de

2015 a Companhia não usufruiu do benefício de redução do imposto de renda, uma vez que a mesma apurou prejuízo fiscal. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da reserva de incentivo fiscal federal é de R\$ 467 (R\$ 467 em 31 de dezembro de 2014).

**c. Reservas de lucro**

***Reserva legal***

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 610 (R\$ 1.720 em 2014) foi destinado para a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de reserva legal é de R\$ 2.330 (R\$ 1.720 em 31 de dezembro de 2014).

***Dividendos***

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2014, foi aprovada, na reunião do Conselho de Administração da Companhia, a distribuição antecipada de dividendos à acionista, referente ao lucro do exercício do ano de 2014 no montante de R\$32.215, já deduzidas as reservas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante no valor de R\$2.896 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, assegurado para os acionistas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos adicionais, demonstrados no patrimônio líquido no valor de R\$8.688, serão propostos para deliberação pela assembleia geral de acionistas.

**21 Receita operacional líquida**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Suprimento de energia - parcela fixa	101.388	94.601
Suprimento de energia - parcela variável	334.817	488.277
Suprimento de energia - parcela excedente	27.047	18.100
Receita operacional bruta	463.252	600.978
PIS	(7.644)	(9.916)
COFINS	(35.207)	(45.675)
ICMS	(892)	(1.030)
Encargos com P&D	(4.153)	(5.390)
Deduções da receita operacional bruta (impostos e P&D)	(47.896)	(62.011)
Receita operacional líquida	415.356	538.967

## 22 Custo de geração de energia

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Matéria-prima	(282.883)	(416.942)
Aquisição de lastro	(12.627)	-
Custos com pessoal	(1.623)	-
Custo de conexão	(18.436)	(20.741)
Depreciação e amortização	(12.026)	(11.808)
Serviços de operação e manutenção (parcela fixa)	(9.337)	(5.487)
Serviços de operação e manutenção (parcela variável)	(2.595)	(5.407)
Outros serviços terceirizados	(532)	(519)
Custos com manutenção	(12.439)	(457)
Aluguéis e arrendamentos	(883)	(941)
Prêmios de seguros	(851)	(683)
Custos gerais	<u>(1.006)</u>	<u>(483)</u>
Total	<u><u>(355.238)</u></u>	<u><u>(463.468)</u></u>

## 23 Despesas administrativas e gerais

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Despesas com pessoal	(1.139)	(1.492)
Serviços terceirizados	(2.509)	(1.721)
Penalidades do CCEE/ANEEL	-	(2.090)
Provisão para passivos contingentes	-	(470)
Multas fiscais indedutíveis	(495)	-
Outras despesas	<u>(795)</u>	<u>(1.004)</u>
Total	<u><u>(4.938)</u></u>	<u><u>(6.777)</u></u>

## 24 Outras receitas operacionais

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Indenização de seguro	14.931	-
Ganho líquido na baixa de imobilizado	1.328	-
Outras	<u>52</u>	<u>33</u>
Total	<u><u>16.311</u></u>	<u><u>33</u></u>

O valor da receita de indenização de seguro refere-se ao recebimento por cobertura de quebra de máquinas paga pela seguradora, Zurich Minas Brasil Seguros S.A., referente a um motor e suas oito bases sinistrados em novembro de 2013.

O ganho líquido na baixa de imobilizado refere-se ao valor de um motor e suas oito bases fornecidos pela Wartsila a título de reposição de bens em garantia (R\$14.630) deduzido do valor dos bens baixados por avaria (R\$13.302) na rubrica “máquinas e equipamentos”, como mencionado na nota explicativa nº 10.

## 25 Despesas tributárias

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
COFINS	(1.202)	(2)
PIS	(257)	(1)
ICMS	(31)	(8)
IOF	(107)	-
Outras	(69)	(13)
	<u>(1.666)</u>	<u>(24)</u>
<b>Total</b>	<b>(1.666)</b>	<b>(24)</b>

As despesas tributárias de PIS e COFINS correspondem aos valores incidentes sobre a receita de indenização de seguro, mencionada na nota explicativa nº 24.

## 26 Despesas financeiras, líquidas

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos das debêntures e dos financiamentos	(48.984)	(42.209)
Juros passivos	(12.685)	-
Juros e multas de mora	(1.987)	(1.424)
Variação cambial passiva	(154)	(218)
Outras	(76)	(78)
	<u>(63.886)</u>	<u>(43.929)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	437	323
Juros ativos	4.655	89
Outras	21	36
	<u>5.113</u>	<u>448</u>
<b>Despesas financeiras, líquidas</b>	<b>(58.773)</b>	<b>(43.481)</b>

## 27 Partes relacionadas

As partes relacionadas, natureza das transações e saldos julgados relevantes por parte da Administração estão demonstrados a seguir:

	<b>2015</b>		<b>2014</b>	
	<b>Ativos</b>	<b>Passivos</b>	<b>Ativos</b>	<b>Passivos</b>
Brasilterm Participações S.A.	26.052	-	-	-
<b>Total</b>	<u>26.052</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia tem contrato de conta corrente cujos prazos são de 10 anos a contar da assinatura do contrato em 1º de julho de 2012, sem previsão de cobrança de juros.

### **Remuneração da administração**

A Administração da Companhia é compartilhada com as demais empresas do Grupo Econômico, e não há valores alocados diretamente com administração na Companhia.

## **28 Provisão para passivos contingentes**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração considera as informações de seus assessores jurídicos e segue critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia constituiu provisão para passivos contingentes mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, no montante de R\$ 670 (R\$ 670 em 31/12/2014).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía causas cuja probabilidade de perda é possível, na opinião de seus consultores jurídicos, para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **29 Instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor dos instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial se aproxima dos valores de mercado. Não é política da Companhia operar com derivativos.

### **Gerenciamento de risco financeiro**

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia à cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o seu gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia não está exposta a riscos de créditos e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes visto que as receitas originam-se de contratos firmados pelos agentes no ambiente regulado, registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e que eventuais ajustes, serão regularizados posteriormente no próprio sistema da CCEE, com a emissão de relatório específico demonstrando as compensações financeiras a serem efetuadas entre os próprios agentes quando dos faturamentos, tanto a débito quanto a crédito.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A operação da usina tem como insumo principal o óleo combustível, adquirido da Petrobras mediante um contrato de fornecimento exclusivo, vigente até 31 de dezembro de 2024, mesmo prazo de vigência de seus CCEAR's. A prática adotada para a precificação desse insumo, obedece a Portaria MME 42/2007, que, em síntese, define uma fórmula que tem por base a cotação do Platts, índice que serve de referência para precificação do petróleo no mercado internacional. Apesar da variação mensal no preço desse insumo, sua repercussão nas receitas operacionais da usina é praticamente nula, pois a Portaria define, também, a mesma metodologia para o ajuste nos valores do CVU, índice que remunera a empresa para cada MWh gerado, anulando assim um possível descasamento entre custos e receitas.

### **Risco cambial**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da respectiva moeda funcional da Companhia, o Real (R\$). O USD é a moeda na qual estas transações são denominadas.

Com relação a passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

**Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia efetua captação de recursos utilizando taxas prefixadas.

**Risco de estrutura de capital**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Visando a mitigação desse tipo de risco, está previsto no plano de negócios da Companhia aporte de recursos de seus acionistas e a substituição gradual do perfil da sua dívida de capital de terceiros por capital próprio.

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.